





PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA  
PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA DIRETORIA LEGISLATIVA Data <u>25/02/2022</u> Hora <u>11:54</u> </p>	<p>Projeto de Lei Projeto Decreto Legislativo Projeto de Resolução Requerimento Indicação Moção Emenda Impositiva</p>	<p>CÂMARA MUNICIPAL DE VILHENA Proc. nº <u>391/22</u> Fls. <u>02</u> </p>
--	---	---	--

AUTORA: VEREADOR JOSE FRANCISCO DO NASCIMENTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 391/2022

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 050, DE 13 DE  
DEZEMBRO DE 2001, QUE INSTITUI O  
PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO, E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI:

**Art. 1º** Altera a redação do artigo 20, Inciso III, alínea A, e artigo 21, inciso IV, da LEI Complementar nº 050, de 13 de dezembro de 2001 e suas alterações, que passa a vigorar a seguinte redação :

**Art. 20º** - Nos loteamentos Tipo "A" e Tipo " B" serão obrigatórios os seguintes serviços e obras de infra-estrutura urbana :

III - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública de acordo com a concessionária local, seguindo as seguintes exigências :

a) posteamento em concreto armado do tipo circular ou duplo "T" e iluminação pública em todos os postos com postes com capacidade não inferior a 100 watts por postes, com lâmpada de tecnologia Light Emitting Diode - LED, cor branco frio, em



## PODER LEGISLATIVO

### CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

#### PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



qualquer dos padrões do loteamento acima, os braços não poderão ser inferiores a 2,40 m de comprimento e 48,1 m de diâmetro e parede não inferior a 1,8 milímetros.

**Art. 21** - Nos loteamentos Tipo "C" serão obrigatórios os seguintes serviços e obras de infra-estrutura urbana :

**IV** - Rede de abastecimento de abastecimento de energia elétrica em baixa tensão com posteamento em concreto armado, e iluminação pública com lâmpada de tecnologia Light Emission Diode - LED, cor branco frio.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vilhena, 25 de Fevereiro de 2022.

  
Vereador Zé Duda





**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA**  
**PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES**



**JUSTIFICATIVA**

A proposta legislativa visa possibilitar ao Município economizar tanto no consumo quanto da durabilidade das lâmpadas **LED**, que proporcionam até 80% de economia de energia em comparação com as soluções de iluminação tradicionais e requerem o mínimo de manutenção devido à sua vida útil extremamente longa.

- **Baixo custo:**

Essa é a característica mais falada quando o assunto é iluminação. A grande vantagem da lâmpada de LED é a economia de energia que ela proporciona de até 80% especificamente. Isso porque o diodo tem uma boa capacidade luminosa fazendo com que a produção de luz seja maior usando menos energia. Ou seja, boa parte da corrente elétrica que é passada pelo produto é revertida em iluminação e não em calor.

- **Vida útil longa:**

Pela grande capacidade luminosa que as lâmpadas de LED possuem elas duram até 25 vezes mais que as incandescentes e 3 vezes mais que as fluorescentes. Uma lâmpada de LED usada por 8 horas diárias, por exemplo, pode durar até 17 anos, e ainda assim sofre pouca alteração no brilho ao longo do tempo.

Vale ressaltar também que por ser resistente à vibrações, o LED não sofre falhas na transmissão, dispensando a necessidade de reatores para o ligamento e acendendo instantaneamente.

- **Lâmpada segura**

Diferente das fluorescentes a lâmpada de LED não emite radiação ultravioleta nem causa cansaço visual como os outros tipos já que não possui mercúrio e nenhuma outra substância tóxica em sua composição, um sinal de que é menos prejudicial à saúde. Por possuir baixa irradiação térmica a lâmpada não esquenta tornando o ambiente bem mais confortável.

Sem contar que o funcionamento dessas lâmpadas exige baixa voltagem, o que reduz o risco de choque na hora de trocá-la e permite a instalação em ambientes úmidos como piscinas e cantos de jardim.



## PODER LEGISLATIVO

### CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA

#### PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES



- **Design inovador**

Além de funcionais e econômicas as lâmpadas de LED são também decorativas. Nesse tipo de lâmpada é possível controlar o fluxo luminoso (intensidade da luz), variar na tonalidade do branco na iluminação, escolher o tom certo para cada ambiente e ainda usá-las nas versões coloridas.

Compatíveis com praticamente todos os sistemas de instalação são fáceis substitutas para os tipos mais usados e apresentam uma infinidade de modelos e funcionalidades. A lâmpada de LED apresenta versões compactas, mas com feixes de luz muito eficientes, atribuindo funções específicas à cada modelo.

- **Sustentável**

Como não possuem filamentos metálicos, mercúrio ou substâncias tóxicas na composição, a lâmpada de LED não emite poluentes ao meio ambiente e ainda pode ser reciclada.

O fato de gerar economia elétrica também classifica a lâmpada de LED como um produto sustentável. Como ela não desperdiça calor, diminui o consumo de energia elétrica, reduzindo com isso os impactos ambientais que são causados. A lâmpada de LED também não emite calor, com isso utilizará menos cargas elétricas para funcionar.

Vilhena, 25 de Fevereiro de 2022.

  
Vereador Zé Duda





PODER EXECUTIVO  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**  
ESTADO DE RONDÔNIA  
Gabinete do Prefeito



**LEI COMPLEMENTAR Nº 050/2001**

**EMENTA:** INSTITUI O PARCELAMENTO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE VILHENA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**MELKISEDEK DONADON**, Prefeito do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal de Vilhena aprovou e ele sanciona e promulga a presente

**LEI COMPLEMENTAR**

**Capítulo I**

**Das Disposições Preliminares**

**Seção 1**

**Dos Objetivos**

**Art. 1º** - Esta Lei institui, com fundamento no parágrafo único do Artigo 1º, da Lei Federal nº 6.766, de 19 de Dezembro de 1979, o Código de Parcelamento do Solo do Município de Vilhena, regulando o parcelamento da terra para fins urbanos, efetuado por entidade pública ou particular, obedecidas as normas federais e estaduais relativas a matéria.

**§ 1º** - Considera-se área urbana, para fins de aplicação desta Lei, aquela delimitada pela Lei do Perímetro das Zonas Urbanas no Município.

**§ 2º** - Considera-se área rural, para fins de aplicação desta Lei, aquela localizada fora dos limites definidos pela Lei mencionada no parágrafo anterior, situada dentro do Município de Vilhena.

de raio igual a largura do leito carroçável. Quando houver interrupção ou descontinuidade no traçado, salvo se for via constante do Sistema Viário Básico do Município;

**Art. 19** - As áreas destinadas ao sistema de circulação, à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso comum, serão proporcionadas à densidade de ocupação prevista para a gleba.

#### Seção IV

##### Da Infra-Estrutura

**Art. 20** - Nos loteamentos Tipo "A" e Tipo "B" serão obrigatórios os seguintes serviços e obras de infra-estrutura urbana:

I - demarcação das quadras, lotes ou datas, logradouros e vias de circulação, que deverão ser mantidos, em perfeitas condições, até 01 (um) ano após a aprovação do loteamento;

II - abastecimento de água potável, de acordo com a concessionária local;

III - rede de distribuição de energia elétrica e iluminação pública, de acordo com a concessionária local, seguindo as seguintes exigências:

a) posteamento em concreto armado do tipo circular ou duplo "T"; e iluminação pública em todos os postes com capacidade de lumes não inferior a 125 watts por postes, em vapor de sódio, em qualquer dos padrões do loteamento acima, os braços não poderão ser inferiores a 2,40 m de comprimento e 48,1 m diâmetro e parede não inferior a 1,8 milímetros.

IV - arborização dos passeios e dos canteiros das avenidas, com a densidade mínima de uma árvore por lote ou data, de acordo com especificação da Prefeitura Municipal;

V - construção de encostas, quando necessário;

VI - recobrimento vegetal de cortes e taludes do terreno;

VII - revestimento primário ou cascalhamento dos leitos carroçáveis das vias de circulação, compatível com o tráfego de veículo, com camada mínima de 0,15 m (quinze centímetros) devidamente compactada.

**Parágrafo único** - Os demais serviços e obras de infra-estrutura urbana a serem executados em loteamentos serão definidos por decretos do Poder Executivo, obedecendo os seguintes critérios:

I - somente serão exigidas galerias de águas pluviais ou padrão da cidade, drenagem e pavimentação quando as vias adjacentes ao loteamento forem pavimentadas ou estiverem compromissadas para receberem pavimentação.